



**aqui, de pés atados,
livres como balões cativos
que pairam, ancorados**

spn
INFORMAÇÃO

O estranho caso do Espanhol

Não é conto de Scott Fitzgerald. Nem romance fantástico. Mas que é fantástico – o que o Ministério da Educação está a fazer com o concurso no grupo de Espanhol –, lá isso é...



Considerando que o grupo de recrutamento 350 é carenciado, o ME alargou a qualificação profissional para a leccionação da disciplina, através de uma portaria publicada com o concurso já decorrer...

Para este grupo de recrutamento, passam a ser considerados profissionalizados os “portadores de qualificação numa língua estrangeira e ou Português e do Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira (DELE), outorgado pelo Instituto Cervantes (...) e obtido até ao final de 2008/2009”, bem como os “portadores de qualificação numa língua estrangeira e ou Português e que, na componente científica da sua formação, possuam a variante de Espanhol”.

A situação é de legalidade duvidosa face ao regime jurídico da habilitação profissional para a docência, pois as habilitações agora consideradas desrespeitam as exigências que o seu reconhecimento implica: formação científica adequada e prática pedagógica no respectivo grupo de recrutamento.

A não ser corrigida, a situação causará gritantes injustiças, não só porque coloca em igualdade candidatos com formações qualitativamente distintas, mas também porque eles poderão usar a mesma graduação da formação profissional original – um profissionalizado em Francês desde 1998 que tenha leccionado sempre e concluído o DELE em Fevereiro passado, pode concorrer a “Espanhol”, no concurso externo, se for contratado, ou no interno, se já for do quadro, com 10 anos de serviço após profissionalização...

Mesmo admitindo a insuficiência de professores de Espanhol (devidamente) profissionalizados, não se percebem os procedimentos diferenciados perante problemas idênticos, como acontece com o grupo 550-Informática.

Para o SPN, as formações que o ME pretende reconhecer como qualificação profissional para o Espanhol deverão ser consideradas, sim, mas apenas no quadro das habilitações próprias para esse grupo.

Por outro lado, o ministério deve aproveitar esta situação para corrigir urgentemente outro erro grave: o afastamento do concurso nacional de todos os professores com habilitação própria para a docência. Estes devem ser admitidos a concurso, criando, isso sim, condições para que possam realizar a profissionalização em serviço – possibilitada apenas nos últimos 4 anos, e só a quem tivesse mais de 5 anos de serviço e estivesse colocado. O que se manifestou insuficiente para as necessidades do sistema, como é claramente o exemplo do referido grupo de Informática. ▀

José Manuel Costa
Direcção do SPN

Nota: Por lapso da Redacção, este texto não pode ser incluído nas páginas 06-08, onde se aborda a problemática dos concursos.

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel, colaboração de Joana Koch Ferreira e Paula Leal · **Fotos** Ana Sousa Alvim e Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 21.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Os caminhos do futuro

Partindo da constatação da grande centralidade da luta dos professores e educadores nos dois últimos anos lectivos – conhecida nos seus contornos essenciais pela generalidade do povo português; sempre sob os focos de uma atenção mediática que não era vulgar verificar-se no país; prolongada e difícil como, desde o início, o SPN e a Fenprof projectaram, e para o que sempre alertaram a classe docente –, questiona-se hoje, a muitas e diferentes vozes, quando e como este processo vai terminar.

Muitos perguntam mesmo: quem serão os ganhadores? Naturalmente, os educadores/professores também se colocam esta questão, mesmo os que entenderam bem a mensagem e ainda mantêm rijamente as suas posições face à cega e prepotente maioria que nos governa.

Mas será que existe uma resposta absolutamente unívoca, de absoluta certeza, quanto ao desfecho deste prolongado processo de luta? Seguramente que não.

No entanto, há coisas que já se sabem. E se é verdade que a intensa luta não fez capitular o ME e o Governo, não é menos verdade que estes estão muito longe de conseguir os seus objectivos, ou seja, não são, de modo algum, ganhadores deste processo.

Para quem assumiu como ponto de honra impor e instalar um sistema de avaliação do desempenho docente até ao fim desta legislatura, ou seja, acabá-la podendo vangloriar-se de ter avaliado toda uma classe profissional segundo regras de um modelo imposto a “ferro e fogo”, o limiar da derrota completa é o que se lhes apresenta como mais próximo e provável.

Por mero instinto de sobrevivência, o dito modelo já foi simplificado duas vezes, sendo a última sinónimo de abandono de parâmetros avaliativos sempre afirmados como o cerne desta “filosofia” de avaliação. E mesmo as simplificações operadas logo foram confrontadas com o mesmo tipo de recusas que o modelo *inteiro* já vinha registando.

É notável que cerca de 50 mil educadores e professores continuem a resistir a tudo: pressões inauditas, ameaças despudoradas e incríveis atropelos à própria lei, no vão intuito de os vergar aos obscuros desígnios dos actuais detentores do poder e os forçar àquilo que lei alguma os obriga a fazer – objectivos individuais de avaliação. Com este comportamento, estes professores e educadores já venceram o ME, demonstrando coragem bastante para não ceder mais e, assim, iniciarem o resgate de uma dignidade profissional posta em causa, como nunca antes no Portugal democrático.

Esta percepção de uma dignidade profissional vilipendiada até limites inimagináveis é, estamos certos, sentida por todos, sem excepção. É preciso, agora mais do que nunca, e num esforço final (porque para o fim caminha este ano lectivo), retomar os caminhos da grande unidade que já soubemos demonstrar.

Apesar dos comportamentos dissonantes que se registaram no enfrentar do sórdido clima intimidatório que ME e Governo criaram, o tempo não deixou de ser de luta e resistência. O que nos une continua a ser muito mais e bem mais importante do que aquilo que momentaneamente nos possa dividir; agir pela reposição da nossa dignidade profissional é tarefa de todos, e não apenas de alguns. Com confiança em nós próprios, na nossa força, na nossa determinação, e também na nossa coragem, cientes de que uma classe profissional onde assentam os alicerces de um futuro melhor para os portugueses não se abate facilmente, não se amesquinha por muito tempo, não se verga irremediavelmente aos pequenos tiranetes e

aprendizes de ditadores. Certos de que, dentro de muito pouco tempo, algumas figuras sairão do percurso, atiradas pela borda fora da história em movimento, mas que os professores ficarão e continuarão a ser indispensáveis aos caminhos do futuro.

Na semana de 20 a 24 de Abril – semana da *Consulta Geral aos Professores e Educadores*, em que todos seremos chamados a discutir o feito e o por fazer –, vamos dizer que queremos voltar ao Abril do nosso contentamento e, de novo todos juntos, saberemos encontrar as respostas para os desafios que ainda temos pela frente. ▶



Abel Macedo,
Coordenador do SPN



A luta dos docentes também é jurídica e institucional

Para que os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), e os docentes em geral, tenham uma melhor percepção desta outra dimensão da luta – provavelmente menos visível, mas igualmente importante –, a «SPN-Infomação» elencou algumas das mais significativas intervenções no âmbito do quadro legal que regula o exercício da função docente (estatuto da carreira, concursos, aulas de substituição, avaliação de desempenho, etc.). A saber:

Para além de moções e abaixo-assinados, vigílias e cordões humanos, concentrações locais e regionais, extraordinárias manifestações e grandiosas greves, a resposta que os educadores/professores têm vindo a dar à maior ofensiva que algum Governo/Ministério da Educação alguma vez contra eles lançou, nomeadamente contra a sua dignidade e o seu estatuto profissional, também tem passado, e muito, pelos planos jurídico e institucional.

- pedido de **fiscalização preventiva** da constitucionalidade de alguns preceitos do Estatuto da Carreira Docente (DL 15/07), dirigida ao Presidente da República;
- pedido de **fiscalização preventiva** da constitucionalidade de alguns preceitos do Regime Jurídico de Contratação do Pessoal Docente (DL 35/07) e do artigo 33º, nº 2, do ECD, que por este foi alterado;
- pedido de **fiscalização abstracta e sucessiva** da constitucionalidade de vários preceitos legais do DL 200/07 (concurso de acesso a professor titular), dirigido ao Presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, Provedor da Justiça, Procurador-Geral da República e grupos parlamentares;
- elaboração de **exposições e reclamações** dirigidas ao Provedor de Justiça, à ministra da Educação e ao Presidente do Júri do concurso de acesso à categoria de professor titular;
- interposição de inúmeras **acções administrativas especiais** de impugnação de actos administrativos, proferidos em casos concretos, que determinaram o não provimento dos docentes na referida categoria;
- interposição de **providências cautelares**, por cada um dos sindicatos da Fenprof, pedindo a suspensão da eficácia dos despachos proferidos pelos secretários de Estado da Educação e Adjunto da Educação, no âmbito do Regime de Avaliação de Desempenho (Decreto Regulamentar 2/2008);
- elaboração de **minutas-tipo de requerimentos** dirigidos a diversas entidades, no âmbito do processo de avaliação em curso, com vista a calcular os procedimentos a adoptar por avaliados e avaliadores;
- elaboração de **minuta-tipo de requerimento** a pedir certidão de teor dos actos praticados pelos conselhos executivos na sequência da não entrega dos objectivos individuais pelos avaliados, onde conste, designadamente, a respectiva fundamentação;
- elaboração de **documentos com orientações jurídicas** sobre dúvidas suscitadas a propósito do processo de avaliação de desempenho;



- interposição de **acção administrativa especial** sobre recuperação de vagas, no âmbito de concurso do pessoal docente;
- elaboração de **minuta-tipo de requerimento** a pedir o pagamento do trabalho extraordinário devido pela leccionação de aulas de substituição;
- interposição de inúmeras **acções administrativas especiais** tendentes a obter a anulação dos actos de indeferimento do pagamento do citado trabalho extraordinário, as quais mereceram provimento;
- elaboração de **minuta-tipo de requerimento**, com vista a obter a extensão dos efeitos a outros casos idênticos não impugnados judicialmente, das cinco sentenças transitadas em julgado (actualmente são cerca de 12) sobre a questão do pagamento de trabalho extraordinário devido pela leccionação de aulas de substituição;
- elaboração de **acções judiciais interpostas**, em casos concretos, com vista a obter os efeitos mencionados no parágrafo anterior;
- elaboração de **minutas-tipo de requerimento** ao Provedor de Justiça e à ministra da Educação a propósito do regime de aposentação aplicável aos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, em que se discute o momento a que deve ser reportada “a data da transição para a nova estrutura de carreira”;
 - interposição de **acção administrativa especial** sobre a matéria referida no parágrafo anterior;
 - elaboração de **texto a fundamentar a inconstitucionalidade** da aplicação do regime da mobilidade especial (Lei 53/06) aos docentes incapacitados ou com ausência da componente lectiva;
 - interposição de **providência cautelar** a pedir a suspensão da eficácia do Aviso 5634-A/2007, do director-geral da DGRHE, que regula, designadamente as formas e a interacção da mobilidade dos docentes, os requisitos da aposentação destes a concurso e o calendário e as modalidades da sua contratação e ainda da **acção principal**;
 - apresentação de **participações-crime** de dois jornalistas por afirmações relativas à intervenção da Fenprof e do seu secretário-geral no âmbito das manifestações de 8 de Março e de 8 de Novembro;
 - interposição de **providência cautelar** de suspensão de eficácia do despacho do secretário de Estado da Educação que ordenou o regresso às escolas dos docentes dispensados da componente lectiva;
 - interposição de **providências cautelares** (pelos sindicatos da Fenprof) com vista à suspensão de eficácia dos despachos que decidiram que deviam ser injustificadas as faltas dos docentes motivadas pela presença em reuniões sindicais durante as horas de serviço e fora do local de trabalho; interposição das correspondentes **acções principais**;
 - interposição de **acções administrativas especiais** com vista à impugnação dos despachos dos conselhos executivos que injustificaram as faltas a docentes que participaram nas reuniões mencionadas no parágrafo anterior.
 - pedido de **fiscalização abstracta e sucessiva da constitucionalidade** de alguns preceitos legais do Decreto regulamentar nº 1-A/2009, de 5 de Janeiro dirigido ao Presidente da República, Presidente da A.R, 1º Ministro, Provedor da Justiça, Procurador-Geral da República e Grupos Parlamentares.
 - pedido dirigido ao Procurador-Geral da República a solicitar que o Ministério Público suscite a **declaração da ilegalidade** de alguns preceitos legais do Decreto Regulamentar nº 1-A/2009, de 5 de Janeiro.
 - interposição de **providências cautelares** pelo SPN, pelo SPRC, pelo SPGL e pelo SPZS, destinadas a impedir/suspender a aplicação de instruções emanadas, pelo Ministério da Educação, sobre o processo de avaliação de desempenho e por este dirigidas aos Conselhos Executivos e aos docentes.

Enfim, estas também são formas de luta que, através dos respectivos gabinetes jurídicos, o SPN e os outros sindicatos da Fenprof, e a própria Federação, têm vindo a utilizar, no sentido de pôr cobro às inúmeras ilegalidades que este Governo e este Ministério da Educação têm vindo a cometer de forma continuada. Até quando? ▶

Concursos: mais uma “pegada” do ME

Com medidas de carácter puramente economicista e imediatista, o Ministério da Educação acentua o já gravíssimo problema do desemprego docente e contribui ainda mais para a degradação das condições de exercício profissional. E, inexoravelmente, para a degradação da qualidade do ensino e da Escola pública.

O elefante continua a partir loiça

No final do ano lectivo 2007/2008, o Ministério da Educação apresentou as linhas gerais da proposta de alteração da legislação dos concursos nacionais na Educação Pré-Escolar e nos ensinos Básico e Secundário. Na versão final (DL 51/2009), foram introduzidas alterações, mas maioritariamente de pormenor, pelo que se mantém a generalidade das críticas que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) manifestou inicialmente

E se as preocupações decorrentes da alteração à legislação já seriam mais do que suficientes para uma posição claramente negativa, a verdade é que ela se agravou após o aviso de abertura do concurso. De facto, na generalidade dos grupos de recrutamento, o número de vagas não só fica muito aquém do número de docentes que ocupam os actuais QZP (como já referimos), como muito menos reflectem o elevado número de aposentações ocorridas nos últimos anos e o facto de o último concurso a lugares de quadro ter sido em 2006. A agravar o panorama, contam-se aproximadamente 2.700 vagas negativas – lugares a extinguir se os seus titulares obtiverem transferência –, o que faz com que o saldo seja de apenas 16.555, quando se contam cerca de 30 mil docentes de QZP para transferir para QE/QA.

A isto não será alheio o facto de os agrupamentos terem sido impedidos de considerar para aquele efeito o serviço correspondente a apoios educativos, a áreas curriculares não disciplinares ou a ofertas formativas de dupla certificação (cursos profissionais ou cursos de educação e formação de jovens ou adultos) – áreas a serem apenas respondidas através da contratação, algumas só em oferta de escola –, bem como as alterações à rede escolar, seja pela criação de novos mega-agrupamentos, fundindo escolas secundárias com agrupamentos verticais já existentes, seja ainda pelo maciço encerramento de escolas do 1º Ciclo.

Milhares para o desemprego

Outro contributo para esta triste e negra realidade já fora dado por algumas anteriores alterações legais, impostas pelo “ECD do ME”, como as registadas nos horários docentes do Ensino Secundário e da Educação Especial (a componente lectiva passou de 20 para 22 horas), o atraso de uma hora na consideração do serviço nocturno, a alteração radical das regras para a concessão de redução da



Aspectos mais negativos do DL 51/2009

componente lectiva em razão da idade e do tempo de serviço ou a limitação das situações em que a redução tinha lugar devido ao exercício de cargos de natureza pedagógica.

Uma das implicações é que, enquanto até agora os professores contratados têm exercido funções que visam satisfazer necessidades permanentes das escolas (quando, evidentemente, deviam sê-lo por docentes dos quadros), a partir de agora começarão os professores dos quadros a satisfazer necessidades pontuais e transitórias – e a consequência será o desemprego de milhares de contratados, por vezes com muitos anos de serviço.

Mas também muitos professores dos quadros, sobretudo QZP, ficarão sem serviço atribuído, embora os problemas não venham a ser sentidos de modo uniforme. Os mais afectados deverão ser os grupos 100, 110, 300 e 330 (Pré-Escolar, 1º Ciclo e Português e Inglês do Secundário), em que o número de docentes nos QZP é largamente superior ao de vagas abertas.

O saldo negativo é de aproximadamente 2.500 no Pré-Escolar, 6.200 no 1º Ciclo, 1.200 em Português e 1.100 em Inglês – números que fazem antever um cenário verdadeiramente catastrófico, mais evidente, sobretudo nos dois primeiros grupos, nas zonas mais distantes dos grandes centros, como os QZP de Bragança, Vila Real, Braga ou Guarda. ▶

- Conversão dos quadros de escola (QE) em quadros de agrupamento (QA) e transferência automática dos docentes dos QE para QA, com consequências na estabilidade e até na alteração do conceito de posto de trabalho
- Decisão de extinguir os quadros de zona pedagógica (QZP)
- Introdução, a partir de 2010, da avaliação do desempenho na fórmula de graduação profissional [2 valores de bonificação se a última avaliação tiver sido de 'Excelente', 1 se tiver sido de 'Muito Bom'], o que gerará situações de flagrante injustiça, quer devido a diferenças de critério entre escolas/agrupamentos quanto à avaliação, designadamente na atribuição de 'Excelente', quer porque a atribuição das duas menções é sujeita a quotas
 - Impossibilidade de os professores titulares concorrerem nestes concursos, nem sequer para destacamento por condições específicas
 - Afastamento do concurso de todos os docentes não profissionalizados [o que abrange todos os apenas titulares de habilitação própria, incluindo os que já se encontram a realizar a profissionalização em serviço, não só em regime de contratação, como os já integrados nos quadros] e dos actuais finalistas dos cursos de ramo educacional e via ensino – uns e outros, atirados unicamente para as ofertas de escola
 - Obrigatoriedade de prestação da prova de ingresso, embora ainda não exigida para o próximo concurso – decerto apenas por impossibilidade do Governo de montar a estrutura a tempo
 - Eliminação da figura de 'contrato administrativo de provimento', substituindo-a pelo 'contrato de trabalho a termo resolutivo'
 - Imposição do carácter plurianual das colocações, agora pelo período de 4 anos, em vez dos três impostos em 2006, como se isso fosse uma fórmula mágica para a estabilidade das escolas, em detrimento do que é realmente necessário – a criação de vagas que garantam a adequação dos quadros das escolas e/ou agrupamentos às suas reais necessidades
 - Inexistência de regras para a distribuição de serviço aos docentes de um agrupamento, abrindo caminho a uma total discricionariedade do director
 - Possibilidade de deslocação dos docentes da Educação Especial para outros agrupamentos do mesmo concelho, ou até de concelhos adjacentes, sem serem esclarecidas as situações ou as regras para essa mobilidade imposta
 - Eliminação da possibilidade de docentes portadores de deficiência (mas não enquadrados pelas condições para beneficiarem de destacamento por condições específicas) poderem ser deslocados para escolas adaptadas à sua situação específica
 - Fim da contagem do tempo de serviço prestado no Ensino Superior, excepto para o primeiro concurso, a realizar em 2009
- Extinção das colocações cíclicas, substituídas (só até 31 de Dezembro) por uma bolsa de recrutamento cujo processo de colocação respeitará as preferências dos candidatos, mas não a sua ordenação – um candidato pode ser chamado para a sua 1ª preferência ou para qualquer outra, mesmo a última manifestada, ficando completamente à mercê da sorte e não da sua graduação profissional
- Exclusão de 59 agrupamentos, considerados 'escolas prioritárias' no âmbito de diploma ainda por publicar, mas já assumido como inevitável e imutável. ▶

Educação Especial, um caso especial...

Na Educação Especial, os concursos nacionais são uma situação algo nova. Os três grupos de recrutamento específicos foram criados apenas em 2006, com a abertura de 2.155 vagas para lugares de quadro em escolas-sede de agrupamento – no entanto, também houve colocações por concurso de destacamento e por convite a docentes para a Intervenção Precoce.

Actualmente, segundo dados do ministério, exercem funções na EE 5.557 docentes. Se a estes – colocados por concurso, destacamento ou convite – retirarmos as vagas de quadro preenchidas (2.155), então temos 3.402 outros docentes no exercício dessas funções até ao termo do ano escolar.

Entretanto, neste ano de concurso nacional, o ME “criou” 830 vagas para os três grupos de recrutamento. Um número aparentemente considerável, mas que, atendendo aos 3.402 colocados sem pertencerem ao quadro, resulta num saldo negativo de 2.572.

Num documento disponibilizado na Internet, o ME também anuncia que criou uma rede de escolas de referência para o ensino de alunos cegos, o ensino bilingue de surdos, a intervenção precoce e unidades de ensino estruturado para perturbações de autismo. Esta rede, desconhecida até à data, poderá

explicar os números anteriores: ao retirar os alunos das escolas das suas comunidades e juntá-los em escolas de referência, o ministério passa a necessitar de muito menos docentes, aumentando o ratio professor/aluno.

Outras duas “especialidades” a salientar neste concurso:

- não assunção da formação especializada em EE como formação profissional para os grupos de recrutamento 910, 920 e 930;
- tratamento desigual, e ilegal, dos docentes dos quadros de nomeação definitiva da EE dos Açores e da Madeira, que são obrigados a concorrer na 4ª prioridade do concurso interno em vez da 2ª, tal como acontece com os do continente.

Relativamente à primeira situação, a Fenprof tentou, com propostas concretas apresentadas em sede de negociação, que a solução fosse outra. Quanto ao segundo caso, já foi denunciado ao ME/DGRHE, mas até ao momento a situação ainda não foi corrigida – a manter-se, os docentes lesados deverão apresentar reclamação aquando da publicação das listas provisórias de graduação e, se, ainda assim, o erro não for corrigido, recorrer aos serviços jurídicos do sindicato. ▶

Que voluntariado para professores aposentados?

Teresa Maia Mendes,

Mesa da Assembleia-Geral do SPN

Ainda há quem reconheça o nosso valor! O Departamento de Museus da Câmara Municipal do Porto está empenhado em rentabilizar o saber pedagógico dos professores, adquirido por uma vida de trabalho com crianças e jovens. Nessa perspectiva, oferece ocupação como trabalho voluntário, agora ao serviço dos grupos de escolas que visitam os museus.

Mas é claro que este voluntariado não tem nada a ver com o que agora é proposto pelo Ministério da Educação – que mais uma vez insulta os professores.

Numa altura em que os professores do topo da carreira se aposentam com 50% do vencimento, porque a Escola existente não tem nada a ver com um local de trabalho em que professores e alunos

se sintam felizes e realizados, aparece esta ideia peregrina de os convidar a voltarem para desempenhar as mesmas funções que sempre exerceram, mas agora de forma graciosa...

Um voluntário não se destina a exercer as mesmas funções que um trabalhador no activo deve cumprir, eliminando postos de trabalho unicamente para o Estado fazer mais umas economias.

É preciso muito descaramento para se propor a um professor aposentado que faça relatórios, seja avaliado e que, para deixar tão brilhante lugar, tenha de apresentar justificação e o faça respeitando um prazo de 30 dias, como um trabalhador ao abrigo do Código de Trabalho.

Quanto terá o “voluntário” que pagar se quiser deixar tão brilhante lugar?

Os professores, aposentados ou não, exigem respeito! Nenhum professor aposentado vai aceitar tão generosa oferta! ▶

O Sindicato dos Professores do Norte procedeu à última alteração dos seus Estatutos em 26 de Setembro de 2007, em virtude de o Ministério do Trabalho e o Ministério Público terem encontrado disposições que violavam normas imperativas em vigor e que, como tal, necessitavam de ser corrigidas com carácter de urgência.

Hoje, tendo em conta o consagrado na Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, importa proceder a alterações no sentido de garantir o número máximo de membros da Direcção que beneficiem de crédito de horas.

Esta alteração poderá possibilitar, também, a correcção de outras situações pontuais que a realidade mostrou ser necessário introduzir. Assim, a Direcção do SPN propõe que se faça uma nova revisão dos Estatutos, propondo para a sua discussão e votação a seguinte metodologia:

- 1 A votação, em Assembleia-Geral de Sócios descentralizada, realiza-se no dia 30 de Abril de 2009;
- 2 A data limite para a entrega de propostas de alteração é o dia 15 de Abril de 2009;
- 3 A apresentação das propostas de alteração pode ser efectuada por:
 - a Direcção do SPN;
 - 25 delegados sindicais em exercício de funções;
 - 200 sócios no pleno gozo dos seus direitos.
- 4 A divulgação aos sócios das propostas de alteração será feita até ao dia 20 de Abril de 2009;
- 5 A votação das propostas de alteração será feita na especialidade e por voto secreto, estando as urnas abertas das 9h00 às 18h00 na Sede do Sindicato, no Porto, e nas sedes das Áreas Sindicais, e das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00 nas urnas abertas em estabelecimentos de ensino previamente indicados pelas direcções das Áreas Sindicais;
- 6 É permitido o voto por correspondência, desde que o mesmo chegue à Sede do Sindicato, no Porto, até às 18h00 do dia 30 de Abril de 2009, dia da realização da Assembleia. Neste caso, para a sua validação, o boletim de voto deverá ser inserido num envelope em branco, fechado, que, por sua vez, será introduzido num outro envelope sem outra indicação que não a do RSF, juntamente com a credencial que, para efeitos de votação, será enviada a todos os sócios;
- 7 Para deliberar validamente, esta Assembleia-Geral de Sócios terá de ser participada por, pelo menos, 10% do número total de associados;
- 8 Têm direito de voto todos os associados que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos em 31 de Março de 2009. ▶

Aprovada metodologia para alteração dos Estatutos do SPN

O plano de actividades para 2009 e o relatório de 2008 foram aprovados, tal como os respectivos instrumentos financeiros. Não se publicam as contas do exercício nem o orçamento, disponíveis nos complementos *on line* desta edição (www.spn.pt).

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS || 30 DE ABRIL DE 2009

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Extraordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 30 de Abril de 2009, a ter lugar entre as 9 e as 18 horas na sede do SPN, no Porto, nas sedes das Áreas Sindicais e noutros locais a indicar oportunamente.

Ordem de trabalhos

Ponto único: Votação de alterações aos Estatutos do SPN.

Porto, 25 de Março de 2009.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Ana Maria Viegas Brito Jorge

Aprovadas em Assembleia-Geral de 23.Março.2009

Alterações ao regulamento da Assembleia-Geral do SPN

CAPÍTULO II — DA ASSEMBLEIA-GERAL ELEITORAL

Artigo 8.º (Organização do processo eleitoral)

versão anterior

3. A data das eleições será marcada pela Mesa da Assembleia-Geral, com uma antecedência mínima de **60** dias

alterações aprovadas

3. A data das eleições será marcada pela Mesa da Assembleia-Geral, com uma antecedência mínima de **45** dias

Artigo 9.º (Cadernos eleitorais)

versão anterior

1. Constituem-se eleitores com direito a voto para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato, os associados que, **60** dias antes da Assembleia-Geral Eleitoral, estejam no pleno gozo dos seus direitos sindicais.

2. Para o efeito, são **publicados** cadernos eleitorais provisórios, geral e por Áreas Sindicais, que são **afixados** na sede do Sindicato e na sede das respectivas Áreas Sindicais, **45 dias antes da data da realização** da Assembleia-Geral Eleitoral.

4. Sempre que o eleitor estiver em regime de destacamento, requisição ou outra forma de mobilidade numa Área Sindical diferente daquela a que se encontra vinculado, pode optar por uma delas, desde que a opção seja feita dentro do prazo de reclamação, constante no ponto **8** do presente Artigo.

9. Sempre que o eleitor verifique que a sua situação já não corresponde à inscrita nos cadernos eleitorais provisórios ou deles não conste, pode reclamar para a Mesa da Assembleia-Geral, nos **15** dias seguintes à afixação dos mesmos.

alterações aprovadas

1. Constituem-se eleitores com direito a voto para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato, os associados que, **45** dias antes da Assembleia-Geral Eleitoral, estejam no pleno gozo dos seus direitos sindicais.

2. Para o efeito, são **publicitados** cadernos eleitorais provisórios, geral e por Áreas Sindicais, que são **divulgados** na sede do Sindicato e na sede das respectivas Áreas Sindicais, **até 48 horas após a data da convocação** da Assembleia-Geral Eleitoral.

4. Sempre que o eleitor estiver em regime de destacamento, requisição ou outra forma de mobilidade numa Área Sindical diferente daquela a que se encontra vinculado, pode optar por uma delas, desde que a opção seja feita dentro do prazo de reclamação, constante no ponto **9** do presente Artigo.

9. Sempre que o eleitor verifique que a sua situação já não corresponde à inscrita nos cadernos eleitorais provisórios ou deles não conste, pode reclamar para a Mesa da Assembleia-Geral, nos **10** dias seguintes à afixação dos mesmos.

Artigo 10.º (Candidatos a membros dos corpos gerentes)

versão anterior

1. Podem candidatar-se a membros dos corpos gerentes os associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais desde que estejam inscritos no Sindicato **60** dias antes da realização da Assembleia-Geral Eleitoral.

alterações aprovadas

1. Podem candidatar-se a membros dos corpos gerentes os associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais desde que estejam inscritos no Sindicato **45** dias antes da realização da Assembleia-Geral Eleitoral.

Artigo 11.º (Apresentação de candidaturas)

versão anterior

1. A apresentação das listas de candidatura é feita até **30** dias antes da data das eleições.

alterações aprovadas

1. A apresentação das listas de candidatura é feita até **20** dias antes da data das eleições.

Aprovado em Assembleia-Geral de 28.Janeiro

Plano de actividades SPN/2009

2009 vai exigir dos educadores e professores e das suas organizações representativas muita tenacidade e capacidade de resistência. Recorrendo à intimidação e à ameaça, o ME procura aplicar, a todo o custo, o seu modelo de avaliação (agora simplificado), por forma a que o Governo possa terminar o seu mandato fazendo alarde de ter atingido um dos seus mais emblemáticos objectivos e ter garantido, em simultâneo, a implementação, na íntegra, do seu ECD. As pressões de que os docentes e os órgãos de gestão das escolas estão a ser alvo tendem a criar insegurança e divisão, tornando

mais difícil a recusa em participar neste processo de avaliação, nomeadamente através da não entrega dos objectivos individuais. Neste contexto, a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais é fundamental para esclarecer, (re)mobilizar e dar um sentido positivo à acção colectiva dos professores, reforçando a posição dos sindicatos no processo de revisão do ECD, que, a contragosto, o ME já calendarizou para entre Janeiro e Março.

O ECD será, assim, um elemento central da acção reivindicativa em 2009. A criação de categorias, a imposição de quotas, a introdução de uma prova de ingresso na profissão, a sobrecarga dos horários de trabalho – entre outros aspectos – são medidas inaceitáveis pelo que representam de desvalorização da carreira, mas também de descaracterização da profissão, com consequências negativas ao nível das relações interpessoais e do clima de trabalho nas escolas.

À semelhança do ano anterior, para 2009 perspectiva-se uma actividade sindical necessariamente intensa, face à ofensiva que, nos últimos anos, se abateu sobre os educadores/professores e a educação, onde avultam o Estatuto da Carreira Docente e o modelo de avaliação do desempenho impostos pelo Ministério da Educação. 2008 foi designado por alguns como o ano dos professores – de facto, realizámos as duas maiores manifestações e a maior greve de sempre. E apesar de esta luta não ter produzido os resultados desejados, o capital de mobilização e unidade dela resultante acrescenta responsabilidades ao movimento sindical docente na condução das acções futuras, que deverão ser não só de resistência, mas também, e fundamentalmente, visar a inversão de medidas que ferem a dignidade profissional docente e lesam a qualidade da Escola pública.

Num ano em que se realizam três actos eleitorais, ganha relevância uma firme intervenção sindical junto dos partidos políticos, no sentido de voltar a denunciar o profundo e generalizado mal-estar que este ECD provocou nas escolas e nos educadores/professores e de procurar que, nos respectivos programas eleitorais, assumam compromissos relativamente a esta e outras matérias, nomeadamente a gestão democrática das escolas – que continuaremos a defender, exigindo a revogação do DL 75/2008.

Assim, de uma forma ou de outra, este ano será decisivo para a configuração da profissão docente e da escola pública. E o Sindicato dos Professores do Norte bater-se-á na primeira linha deste combate, continuando a ancorar a sua acção nos princípios que sempre o orientaram: estreita ligação aos professores, reforço do papel dos delegados sindicais, realização de reuniões frequentes nas escolas, dinamização de espaços de discussão e mobilização para as lutas que for necessário travar – nomeadamente uma Marcha pela Educação, que se prevê tenha lugar ainda este ano. +

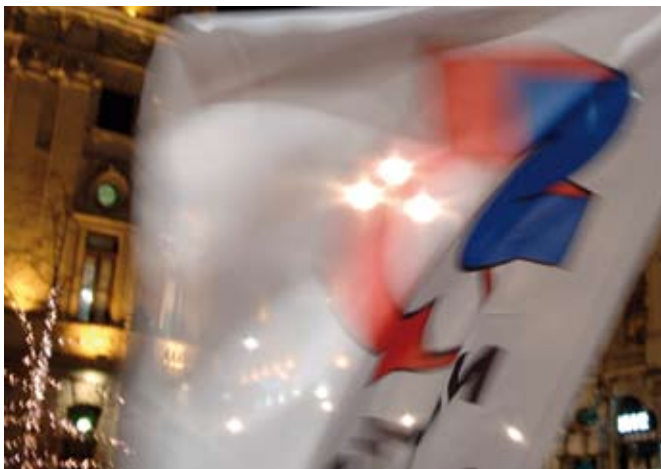
Participação diversificada

A outro nível, o SPN prosseguirá uma acção consistente no sentido do reforço dos laços de solidariedade que, hoje mais do que nunca, devem percorrer os espaços sindicais em todas as suas dimensões, desde a estritamente profissional, até à amplitude de interesses dos trabalhadores portugueses, em particular, e de todo o mundo, educadores ou não, na criação de um projecto orientado para a possibilidade de um mundo menos discriminatório e mais justo, menos assimétrico e mais projectado para o bem-estar de todos e para a criação de condições de vida condignas para todos os povos.

Continuaremos, por isso, a valorizar os espaços organizacionais em que participamos, desde a Federação Nacional dos Professores – que ajudámos a criar, e para cuja acção sempre contribuimos de forma empenhada – à CGTP-IN, bem como as relações de proximidade com as organizações sindicais congéneres da Galiza e pela intervenção activa em espaços internacionais que cabem à Fenprof, desde a CPLP-Sindical de Educação à Internacional de Educação.

Num plano mais específico, mas determinante no que se refere às preocupações sociais que subjazem à intervenção do SPN, continuamos a inscrever no nosso orçamento uma verba, ajustada aos meios de que dispomos, para a área da Educação Para o Desenvolvimento, dirigida a actividades em torno da promoção e defesa da paz, da cooperação com outros trabalhadores e outros povos, da solidariedade, da luta pela igualdade de direitos, contra o racismo e a xenofobia, procurando compreender melhor os problemas ligados às novas comunidades imigrantes e à sua inserção no sistema de ensino em Portugal.

Dentro das possibilidades, o SPN desenvolverá, também, actividade cultural de iniciativa própria ou de divulgação e apoio a outras que valorizemos devidamente e de que os sócios possam usufruir. O mesmo relativamente ao acrescentar de outras regalias sociais que os possam beneficiar.



Atendimento aos sócios

Mas a tarefa central para que, enquanto dirigentes, carrilaremos a nossa vontade, dedicação e empenhamento continuará a ser o apoio e o atendimento aos sócios nas sedes das nossas 15 delegações e nas centenas de escolas que compõem a rede escolar da área geográfica de intervenção do SPN. Trabalho que tem de ser acompanhado por uma rede forte e activa de delegados sindicais, devidamente ligados ao trabalho global dos dirigentes e que com eles possam interagir mais proficuamente.

Em termos organizacionais, a actividade regular do Sindicato continuará estruturada numa lógica assente em departamentos e nas direcções de Área Sindical, destacando o Orçamento para este fim as dotações consideradas necessárias ao seu bom funcionamento.

Apesar da centralidade que a luta contra o ECD assumirá, no âmbito dos diversos departamentos, serão desenvolvidas iniciativas específicas, de forma articulada com a Fenprof, nomeadamente ao nível da Formação Contínua (creditada e financiada), acções de curta duração a pedido de escolas/docentes e jornadas de cariz científico-pedagógico sobre áreas temáticas identificadas como prioritárias no desenvolvimento do trabalho sindical.

A entrada em vigor da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, ao restringir o número de créditos para trabalho sindical, poderá obrigar à reorganização da nossa estrutura, assim como a ajustamentos na atribuição de cargos e de responsabilidades. No entanto, qualquer que seja o cenário com que sejamos confrontados a partir de Setembro próximo, o SPN procurará as melhores soluções para que o Governo não seja bem sucedido no objectivo de silenciar a voz dos educadores/professores, reduzindo drasticamente a capacidade de acção e intervenção das suas organizações representativas.



17 anos depois

Este jornal vai deixar de ser mensal

A Página fecha como jornal. Um novo projecto a partir de 2009

Ver editoral na página 3

Mudança na Profedições

O ano em curso corresponde ao terceiro de publicação desta revista «SPN-Informação», órgão oficial do Sindicato. Procuraremos garantir a sua periodicidade, assim como a actualidade e pertinência da informação veiculada, sendo que a informação mais conjuntural, que a cada momento se possa revelar decisiva, será difundida em materiais específicos para afixação e/ou distribuição aos educadores/professores.

Por outro lado, e como já é do conhecimento dos sócios, «a Página da Educação» terminou em Dezembro de 2008 um ciclo ininterrupto de 17 anos de publicação mensal. No entanto, dada a importância do projecto no âmbito da Profedições, de que o SPN é sócio maioritário, procurou-se encontrar uma outra solução, sem diminuir a eficácia da formação pedagógica e política para que «a Página» está vocacionada. Essa opção passa por duas vertentes:

- desenvolver um portal na internet, associado ao site do SPN, onde, além de estarem disponíveis os milhares de artigos já publicados, pode ser colocada informação complementar de âmbito educacional, científico e cultural, bem como a cobertura da actividade sindical numa perspectiva mais jornalística;
- a este portal estará associada uma edição impressa, em formato revista, de periodicidade trimestral.

2009 será, assim, o primeiro ano da reformulação deste projecto, procurando manter uma linha de intervenção simultaneamente aberta, crítica, atenta e interveniente sobre tudo o que ocorre no mundo da educação, e da política em geral, em Portugal e no mundo.

Liberdade e Democracia estão a pedir direitos económicos, sociais e culturais



Ver entrevista de Domingos Lopes, presidente do Fórum pela Paz, nas páginas 25 a 27

05 Escola de Abril chegou ao fim	21 à 23 Onda de pessimismo no ensino superior	24 Acordo ortográfico ainda é letra morta	32 Os "caizeiros" do Magalhães	34 Somos tantos e todos enganados?!
-------------------------------------	--	--	-----------------------------------	--



Grande Prémio 2005 da Imprensa Regional atribuído ao jornal "a Página da Educação" - área gráfica

Reforçar o Sindicato

Todos estes aspectos estão contemplados no Orçamento, que regista uma perspectiva global de previsão de iguais receitas às perspectivadas no ano anterior, estimando-se que o acréscimo decorrente da revisão salarial de 2,9% compense alguma retracção de quotizações resultante da diferença entre o valor da quota de quem sai em escalão alto e quem entra em escalão mais baixo – que não em número de sindicalizados. Salienta-se, contudo, que, à semelhança dos anteriores, o Orçamento para este ano continua a apostar na importância da acção sindical, nomeadamente ao nível das Áreas Sindicais.

Finalmente, destaca-se a decisão de levar a cabo uma campanha de afirmação do SPN, que permita reforçar o Sindicato em número de sócios e na sua acção em defesa dos interesses dos educadores/professores, da Educação e da Escola Pública. ▶

Relatório e Contas de

2008 ficará indelévelmente associado ao crescendo de mobilização dos professores e educadores, registando as mais significativas adesões a processos de acção e de luta desencadeados pelo movimento sindical docente num plano de grande unidade, com a totalidade das organizações na Plataforma Sindical dos Professores.

De realçar, no entanto, que a verdadeira alavanca para o desencadear deste processo foi o grandioso plenário que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou no Cinema Batalha (Porto, 12/Fev.), abarrotado de professores que logo aí deram sinais de enorme disponibilidade para iniciar o combate contra a cega ofensiva que o Ministério da Educação (ME) e o Governo estenderam sobre a classe docente.

O ano transacto foi, assim, pautado por grandes iniciativas e mobilizações e, mais importante, por inequívocas demonstrações de firmeza, determinação, coragem e combatividade que há muito não se viam na classe docente. Recordam-se as mais significativas:

- Semana de Luta e de Luto dos Professores (14-18/Jan.), incluindo vigília em frente ao Ministério da Educação
- Seminário Democracia na Escola Pública – Que Futuro? (Lisboa, 25/Jan.)
- Fórum sobre o Emprego Docente (Lisboa, 30/Jan.)
- Plenário Regional de Professores (Porto, 12/Fev.)
- Marcha da Indignação (Lisboa, 8/Mar.)
- Semana de Luto nas Escolas (10-14/Mar.)
- Segundas-Feiras de Protesto (capitais de distrito do Norte, 14/Abr.)
- Dia D (debate em todas as escolas do país, 15/Abr.)
- Manifestação Nacional de Professores (Lisboa, 17/Maio)
- Entrega, na Assembleia da República, da Petição sobre Autonomia e Gestão nas Escolas (30/Jun.)
- Comemoração do Dia Mundial dos Professores (5/Out.)
- Manifestação Nacional de Professores (Lisboa, 8/Nov.)
- Manifestação de Professores do Norte (capitais de distrito, 25/Nov.)
- Greve Nacional de Professores (3 de Dez.)



2008 aprovados

A presença dos professores do Norte foi notória e marcante em todas as iniciativas, alcançando números que colocaram o SPN como o sindicato de fora de Lisboa mais representado e, em alguns casos, com a maior preponderância nos abaixo-assinados que têm integrado este processo.

Dentro da diversidade de intervenção que é apanágio do SPN, participámos também em actividades e iniciativas no âmbito das relações internacionais e da participação institucional noutras organizações:

- Encontro Nacional de Aposentados da Administração Pública (Lisboa, 1/Fev.)
- XI Congresso da CGTP-IN (Lisboa, 15-16/Fev.)
- XXII Encontro Galego-Português de Educadores Pela Paz (Vigo, 18-20/Abr.)
- Comemorações do 25 de Abril e do 1º Maio
- Encontro Nacional sobre Ensino Superior Politécnico (Coimbra, 6/Dez.)

Mas as lutas partilhadas com os restantes trabalhadores também foram objecto de atenção e acompanhamento, designadamente as realizadas pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN):

- Acção Nacional de Luta da CGTP-IN (Lisboa, 24/Jan.)
- Manifestação Geral de Trabalhadores (Lisboa, 5/Jun.)
- Acção Geral de Protesto e Luta (capitais de distrito, 28/Jun.)
- Jornada Nacional de Luta (Lisboa, 1/Out.)
- A Manifestação Nacional da Administração Pública (Lisboa, 21/Nov.)
- 6ª Conferência Nacional Inter-Reformados (Lisboa, 11/Dez.)

2008 foi ainda ano de eleições para os Corpos Gerentes do SPN, a que, pela primeira vez, concorreram duas listas e que registaram uma boa participação dos sócios.

Finalmente, refira-se a intensa acção sindical quotidiana, centrada nas escolas e na proximidade com os professores, que, não sendo da maior visibilidade, se manifesta profundamente ao nível dos resultados globais. Um ano tão marcante na luta dos professores não teria a participação que teve sem essa entrega quase anónima por parte dos dirigentes e da rede de delegados sindicais – principais quadros de referência nas escolas e agrupamentos, que é onde tudo se resolve. ▶

Parecer do Conselho Fiscal

“O Conselho Fiscal e de Jurisdição do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu no dia 19 de Março de 2009 para apreciar o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2008.

Depois de analisado o Relatório de Actividades e Contas de 2008, apresentado pela Direcção, apraz-nos sublinhar as acções desenvolvidas pelo SPN e também pela Fenprof, de que é parte activa, nomeadamente o Dia de Debate em todas as escolas (15 de Abril), as históricas manifestações nacionais de professores, a 8 de Março e 8 de Novembro, e a greve nacional de 3 de Dezembro, em defesa da Escola Pública e de um estatuto da carreira que dignifique a função docente.

O Conselho Fiscal considera que a acção sindical foi ajustada aos problemas que se colocaram às escolas, aos professores e aos trabalhadores em geral.

Relativamente às contas apresentadas, registamos com agrado que o Resultado Líquido do Exercício, ao contrário do ano de 2007, é positivo, no valor de €101.163,25.

A situação financeira do SPN é estável. Recomenda-se que o controlo orçamental continue a ser exercido com rigor.

Merece apreço o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Financeira, bem visível no resultado financeiro positivo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal e de Jurisdição recomenda à Assembleia-Geral do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) a aprovação do Relatório de Actividades e Contas de 2008”. ▶



SPN 25.04

é possível **outra escola!**

aqui, neste país e nesta hora.
aqui, junto dos meus,
mortos e vivos.
aqui, de pés atados,
livre como balões cativos
que pairam, ancorados.

No momento em que se celebra mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, e perante as profundas transformações que na última década vêm fustigando o campo do trabalho no nosso país (e no mundo), fará sentido interrogarmo-nos onde pára o espírito da Revolução dos Cravos? A mentalidade servil e conformista que se vem espalhando em diferentes áreas do emprego não será a negação sociológica das promessas de Abril?

Vão longe os tempos das velhas ilusões colectivistas e dos ideais socialistas da época – a solidariedade, a igualdade, a justiça social, etc. O actual cenário social e laboral é marcado pelo individualismo, indiferença e por sentimentos de vulnerabilidade, de insegurança e de dependência. Em vez de formas de gestão modernas e democráticas, da

responsabilidade social das empresas, do diálogo social, da autonomia individual, do respeito pela cidadania – salvo as poucas e honrosas excepções – prevalece o autoritarismo e um absoluto seguidismo imposto pela hierarquia. Os próprios subordinados, trabalhadores e funcionários, abdicam dos seus direitos, na expectativa de com isso preservarem o emprego ou consolidarem a sua posição. O elo fraco está cada vez mais fraco e a aversão ao sindicalismo – ou a qualquer outra forma de associativismo autónomo – tornou-se a regra. A cultura anti-sindical impõe-se a partir do topo e estende-se até à base da pirâmide. A luta que resta é hoje meramente individual e pela segurança, ou seja, regressámos às necessidades primárias!

O ponto nevrálgico está, pois, nas lideranças e no espectro do desemprego. E as empresas, a administração pública, as universidades, etc., são sempre o espelho da sociedade. Estamos perante uma lógica em cadeia, imposta de cima, que penetra nos níveis intermédios e atinge os inferiores, isto é, um processo em que as chefias, os directores, os coordenadores, etc., no fundo aqueles que centralizam o poder em diferentes sectores, sobem e ganham protagonismo não pelas suas qualidades e talento, não porque possuam reconhecido mérito ou grandes competências técnicas, não porque sejam inovadores e tenham mais iniciativa do que os outros, mas, pelo contrário, eles sobem justamente quando já deram repetidas provas de que obedecem à “voz do dono”. De que seguem até ao fim a vontade e a estratégia de poder daqueles que os promoveram ou os propuseram. É sobretudo por isso que são nomeados, chamados para encabeçar listas, para

assumir cargos e controlar posições-chave dentro das instituições. A “lealdade” e a “confiança”, em vez de traduzirem dedicação à instituição e à sociedade, tornam-se meros paliativos para esconder obediências pessoais.

Mais de três décadas após o 25 de Abril, o que é premiado é, antes de tudo, o espírito obediente, submisso e acrítico! A falta de verticalidade tem vantagens, não o espírito livre e autónomo. E obviamente que quem ascende pela obediência jamais pode aceitar que abaixo de si subsista a mais leve irreverência. Resulta daí que aqueles que mostrem a mais pequena veleidade em questionar as opções da cadeia hierárquica (ou, por exemplo, sindicalizarem-se), embora competentes, entram de imediato nas listas de candidatos à “prateleira” ou à eterna estagnação na posição subalterna ou burocrática que ocupam, quando não são simplesmente despedidos no final do contrato (precário, pois claro!). Deste modo, a obediência cega vem-se tornando um padrão. Um requisito, já não para progredir, mas tão somente para agarrar o emprego a todo o custo.

Mas quem são, afinal, os donos das vozes do dono? São os detentores do poder. Porém, este é um poder social que não possui um único centro. Ele dissemina-se no mundo empresarial, na administração pública, no parlamento, nas universidades, etc., assumindo formas distintas e cobrindo diversos âmbitos. Perante isto, aos cidadãos e trabalhadores – dos que já esqueceram as promessas de Abril aos mais jovens que as ignoram –, cabe perguntar se o discurso tecnocrático, hoje novamente dominante, sobre a aposta nas pessoas, nas qualificações, nas oportunidades e no mérito, não será uma enorme falácia! Para além disso, a pergunta inquietante que resta fazer é se não será, afinal, o próprio vértice superior do actual poder político o exemplo supremo que estimula de facto esta cultura da “voz do dono”? O que é feito do espírito de Abril? ▶

Elísio Estanque,
sociólogo
(boasociedade.blogspot.com)

Do espírito de Abril às novas “vozes do dono”



35 anos depois, que Escola?

Tive a oportunidade de denunciar na Comunicação Social, a propósito da posição da minha escola no *ranking*, as tensões e o desencanto que passaram a fazer parte do quotidiano das escolas e, por esse facto, tenho continuado a “dar a cara” por esta luta que tarda em chegar ao fim, simplesmente, por teimosia de quem está convencido de que reconhecer um erro é uma vergonha ou uma diminuição da autoridade – receio mesmo que este Governo esteja a estimular o culto perigoso da autoridade...

Perguntem aos professores mais experientes, que já assumiram erros perante os seus alunos, se esse gesto não reforçou a sua credibilidade.

Há um erro cívico grave que se pode confundir com coragem: é a temeridade. Se, para demonstrar coragem, não avaliamos devidamente as consequências dos nossos actos, corremos o risco de sermos simplesmente temerários. Não estará a acontecer isto, neste momento, na equipa ministerial?

**Se não se pode
suspender a
Democracia, também
não se podem
suspender os valores
que nos guiam
politicamente.**

Nestes últimos anos dei comigo a pensar: será que antes de votar não li bem as bases programáticas do PS no que se refere à Educação? Resolvi relê-las:

“A lógica política do PS não é prometer tudo a todos, nem proceder a mais uma revolução no papel. É sim, tendo plena consciência da educação como factor insubstituível de democracia e desenvolvimento, pôr em prática políticas que consigam obter avanços claros e sustentados, na organização e gestão dos recursos educativos, na qualidade das aprendizagens e na oferta de várias oportunidades a todos os cidadãos para melhorarem os seus níveis e perfis de formação”.

Para melhorar as qualidades das aprendizagens, é necessário definir que perfil de aluno queremos formar na Escola pública, que currículos a suportariam para atingir o perfil de aluno. Uma das grandes falhas desta equipa ministerial foi a ausência de orientações sobre escola pública: sobre isto foi dito nada.

Na ausência dessa linha orientadora, a imagem que tem passado para a população, e para os próprios professores, é a de que o sucesso tem que ser alcançado a todo o custo (discurso fácil para a população, mas manipulador), a fim de disfarçar através da estatística a qualidade de ensino que outros países com outros meios e com políticas coerentes alcançaram.

Esta atitude, só por si, foi uma medida que desautorizou o professor, cuja função é ensinar com rigor e exigir resultados do seu trabalho e não se compadece com os facilitismos presentes na criação de uma panóplia de cursos alternativos de rigor duvidoso, entendidos como *“oferta de várias oportunidades a todos os cidadãos para melhorarem os seus níveis e perfis de formação”.*

“Definiremos também um programa nacional de formação de professores, com explicitação de perfis de desempenho (...). A avaliação do desempenho dos professores, neste contexto, deve ser acompanhada por iniciativas que aumentem a motivação e a auto-estima dos professores”.

Fazendo uma sinopse das medidas deste ministério, é claríssimo para todos que não fazem parte dos seus objectivos a motivação e a auto-estima dos professores. Vejamos:

- aumento da carga horária lectiva dos professores e fim das reduções lectivas na maior parte da ocupação dos cargos, o que se traduziu numa redução do número de horários disponíveis;
- congelamento da progressão na carreira;
- Estatuto da Carreira Docente com a divisão da carreira em professores titulares e professores, havendo apenas 30% que têm acesso a “titular” – daqui resulta que 2/3 da classe não progride, não ultrapassando o salário que corresponde actualmente a 1.500 euros;
- modelo de avaliação de desempenho burocrático, inexequível, gerador de conflitos... +

Não é difícil inferir qual é o grande objectivo: uma política meramente economicista!

A forma como estas medidas economicistas foram implementadas constituíram um golpe profundo na dignidade dos professores, causador de uma profunda insatisfação, e mesmo humilhação. De tal modo que mesmo quem dedicou a sua vida a formar, transmitindo conhecimentos, está neste momento desmotivado e sai antecipadamente do sistema. E não sai com pena nem com saudades daquilo que deixa; sai derrotado, penalizado e, paradoxalmente, feliz por abandonar a profissão de uma vida.

Antes desta “turbulência”, quem saía, sentia nostalgia, amargura, saudades, tinha pena de ter atingido a idade da reforma (60 anos ou menos); hoje, quase todos queriam ser mais velhos para poderem ir embora! Sentem-se desconsiderados, humilhados por uma reforma que ignorou o trabalho e a dedicação passados.

Com esta “debandada” dos professores atinge-se, de igual modo, o grande objectivo: o Ministério da Educação deixa de pagar ordenados mais elevados, uma vez que aumenta a mão-de-obra barata, para além de que as reformas, com as penalizações, saem mais baratas ao Estado, que assim poupa mais alguns euros. Para as estatísticas, a solução é óptima – diminui a taxa de desemprego entre os licenciados...

Hoje, a desmotivação é grande. A escola deixou de ser um local aprazível para passar a ser um palco de fricções e de fracções entre professores! A mudança de paradigma educativo, seja a nível da gestão das escolas, seja a nível da avaliação dos professores, foi abruptamente e unilateralmente imposta pela tutela, sem a preocupação de envolver, formar e conquistar os docentes para este processo de mudança.

A hierarquização e a diferenciação na carreira dos professores foi a grande afronta feita à classe, devido à artificialidade e arbitrariedade de que se revestiu o concurso para professores titulares, ao serem tidos em conta apenas os últimos sete anos da sua carreira. Carreiras de muitos anos, tarefas e cargos desempenhados com todo o rigor e profissionalismo, foram simplesmente omitidos.

A instabilidade está instalada, e a culpa não é dos professores. É intolerável o comportamento desta equipa ministerial, que, em vez de promover a tranquilidade e a serenidade, indispensáveis ao bom funcionamento das escolas, gera o conflito e a instabilidade e tenta fazer crer à opinião pública que os professores não querem ser avaliados.

Nós queremos ser avaliados. Não nos vencerão pelo cansaço; cansados estamos todos de ser enxovalhados em praça pública.

Finalmente, pude reler:

“Sem rupturas indesejáveis continuaremos no caminho do reforço da participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes. Estabelecido um quadro comum a todas as escolas e agrupamentos – colegialidade na direcção estratégica, participação da comunidade local, gestão executiva a cargo de profissionais da educação – serão admitidas e estimuladas diferentes formas de organização e gestão”.

O Decreto-Lei 15/2007, que regula o novo regime de autonomia das escolas, não prevê nenhuma outra forma de gestão que não seja a gestão unipessoal, com os poderes concentrados no Director.





Relativamente a esta “figura”, é de salientar que a prática directiva estabelecida pelo Decreto-Lei 115-A/98, possibilitando a opção por uma direcção colegial ou por uma gestão unipessoal, levou a que a quase totalidade das escolas tivesse enveredado pela direcção colegial, demonstrando, assim, os bons resultados decorrentes desta modalidade, construídos pelo empenho e dedicação dos membros dos conselhos executivos.

O Governo precisou de pôr fim à gestão democrática nas escolas. Não se afiguram razões para a excessiva concentração de poderes num director, a não ser que esta imposição tenha como objectivo assegurar a aplicação cega e acrítica de todas as medidas emanadas da 5 de Outubro, bem como a domesticação dos professores e o seu silenciamento.

Com as leis do ECD, da gestão e administração das escolas, do processo de avaliação de desempenho dos professores e, muito especialmente, com o argumentário político com que as sustentou, o ME reforçou intencionalmente a ilusão mais enganadora que se poderia imaginar neste sector – a ideia de que, havendo muito insucesso e abandono escolar em Portugal, a culpa era dos professores.



Rosário Gama,
professora

N.R.: Texto adaptado da intervenção da autora no Fórum das Esquerdas (14.Dezembro.2008) – as citações reportam ao programa eleitoral do Partido Socialista, Capítulo II, Novas Políticas Sociais, Mais e Melhor Educação.

Militante do PS, Rosário Gama é presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Infanta Dª Maria, em Coimbra, a primeira no ranking nacional das escolas públicas.

De repente, com esta equipa, esqueceram-se os principais factores nacionais geradores do abandono e do insucesso:

- as condições socioeconómicas de muitos dos alunos e dos seus pais;
- a desagregação das famílias e respectiva ausência de autoridade;
- a cultura dominante de que o êxito se consegue sem esforço ou que tudo tem de ser tornado fácil para se atingirem objectivos;
- a desvalorização social da Escola e dos seus agentes.

Fez-se cair toda a culpa na organização da Escola e no seu corpo docente.

Com que fundamento ou intenção se procedeu deste modo, se só há pouco tempo se desencadeou o processo de avaliação das escolas e os primeiros resultados são todos muito positivos?

Se não houve intenção escondida, houve, no mínimo, erro político grave, nunca reconhecido pelos seus responsáveis, apesar de avisos vários. E este erro político acrescentou veneno mortal à relação entre os professores e a senhora ministra da Educação.

Continuamos a luta pois a razão está do nosso lado. Parafrazeando Mia Couto, *temos uma arma de construção massiva: a capacidade de pensar*. E como diz o meu camarada Manuel Alegre, *o pensamento é livre como o vento*. ▶

“IDE TRABALHAR!”



25 de Abril... É o dia que vem depois do 24 e antes do 26, no calendário de Abril. Esta informação é tanto mais importante quanto cada um de nós quiser procurar de que lado está relativamente ao dia 25. Sendo uma posição relativa, é sempre relativo, como quase tudo. Mas estar no dia 24 ou no dia 26 ainda não é a mesma coisa. Estamos em Março – portanto, antes de Abril. Aliás, vejo primeiros-ministros a correr na ponte e penso que talvez o calendário esteja a andar ao contrário. Parece que, para alguns, depois de Março vem Fevereiro. Depois do 25 de Abril, chegou o 24. Não faço declaração de intenções sobre noções elementares de lateralidade – a Esquerda e a Direita são hoje quase tão relativas como o antes e o depois do 25. Também não sei se o percurso a caminho do 24 começou à Esquerda ou à Direita, nem tão pouco quem o está a caminhar a toda a velocidade.

Mas faço declarações de intenções sobre todos os que nos últimos 35 anos chegaram aos cargos públicos para se servirem do nosso esforço. Incluo aqui TODOS os que, à Esquerda e à Direita, nunca trabalharam, “nunca fizeram nada de útil” e chegam ao Poder através das Jotas. Multiplicam os tachos entre os tachistas. Multiplicam os privilégios e as mordomias pelos amigos e familiares. Vivem à nossa custa, enquanto nós, que trabalhamos, nos esforçamos para sobreviver por causa deles. Eu sempre desconfie de quem nunca trabalhou – o trabalho é o pilar da dignidade humana.

Por isso, eu, que nasci depois do 25 de Abril, exijo que Portugal comece a andar outra vez a caminho do dia 26!

Por mim, por nós: em 2009, vou tentar mudar o calendário para o dia 26. Estou farto do 24! E a todos os que nunca trabalharam, sejam deputados ou primeiros-ministros: “Ide trabalhar!” ▶

João Paulo Silva,
*Direcção do SPN
EB2,3 de Argoncilhe,
S. M. da Feira*

25.04, um contrato de cidadania do nosso tempo

Qual a pertinência de hoje se publicarem documentos visuais sobre a Revolução de Abril de 1974? Será que o nosso presente ainda está ancorado, nostalgicamente, ao determinismo da História?

Eduardo Lourenço recorre a um pilar identitário da nossa cultura, a saudade, explicando que “saudade subentende, naturalmente, memória – é memória em estado de incandescência, que não se confunde no entanto com ela, nem sequer com a memória proustiana, pura irrupção do passado no presente ou fuga do presente para o mais antigo de nós mesmos”.

Não se trata de “ter memória curta” para explicar estados por vezes um pouco irrealis como esse da “saudade” tão genuína do povo português. Preferiria encarar o dado histórico, assim designado como “o 25 de Abril”, no sentido da realidade, ou seja, na direcção do tempo, do verdadeiro e, porque não?, do ilusório dos ideais que não se concretizaram.

Não esperem que fale “saudosamente” da experiência que vivi. Essa foi empenhada, mas pertence ao passado. Aquilo que mais me interessaria agora seria constatar que as imagens que restam desse acontecimento social possibilitam uma forte abertura do nosso olhar para a textura cultural do nosso quotidiano, ou reporta-nos, simplesmente, para uma visão do passado (não passadista). Naturalmente que essas imagens reclamam uma leitura histórica, são no agora um objecto de cultura visual (humanística) com o qual se deve estabelecer um contrato de cidadania do nosso tempo.

Um tempo capaz de conferir um outro poder a essas imagens. Regenerá-las com outras propriedades que definem o modo de ser, de aspecto, de valores de verdade. Mas, acima de tudo, essas imagens traduzem aquilo que se pode designar como o engajamento social através daquilo que representa o referencial real. É a partir deste engajamento que se estabelece uma nova relação, no presente: a objectividade potente desses documentos cria uma consciência crítica para o observador humano. Cria aquilo que Bergson denomina o *discernimento*.

Este tem como corolário a demonstração de um ponto de vista face ao qual se torna possível perceber as alterações do mundo a partir de um repertório de acontecimentos memoráveis, segundo o qual é possível fundar uma consciência cívica com os olhos postos na realidade. Ou seja, as imagens nunca podem ser neutras, são peremptoriamente políticas, demonstrando que a ideologia é um processo em movimento do qual emerge um trajecto, o da cidadania. Pelo menos

essas imagens obrigam a pensar, intervindo agora num outro curso dos “acontecimentos”, capaz de construir a memória futura de uma marca, a do “25.04”.

Estamos num tempo cujas transformações operadas no mundo ficaram fortemente condicionadas pela força do mercado (quero dizer, dinheiro), verificando-se que não conseguiram sequer assegurar as melhores condições de vida, e muito menos são garantia de felicidade humana.

Por isso, e a propósito, permitam-me constatar que há um 25.04 por fazer. Não se esqueçam! ▶

Adriano Rangel,
sócio SPN nº 153
(Faculdade de Belas Artes,
Universidade do Porto)

Nota: Dedico este texto ao Carlos Gil, “Um Fotógrafo na Revolução”, que foi capaz de fotografar “do alto do Unimog” o “primeiro acto de explosão popular do 25 de Abril” e como ele soube comparar essas imagens às “vistas clandestinamente em filmes de Eisenstein, rodados na Praça Vermelha de Moscovo”. E já agora, dedico-o também à Inês, que ainda não era nascida nessa data.

O primeiro 1º de Maio em liberdade

Uma numerosa multidão convergiu espontaneamente para o Estádio da F.N.A.T., agora Estádio 1º de Maio. Muitos não conseguiram entrar por falta de espaço, o que não impediu que se manifestassem, gritando “slogans”, erguendo dísticos, empunhando cravos. Entusiasmo, emoção incomensuráveis. Lágrimas incontáveis. Durante dezenas de horas, o povo quis descomprimir-se dos milhões de horas fascistas que o martirizaram.

Pela primeira vez na vida do povo português, o Dia do Trabalhador pôde ser festejado sem que qualquer força repressiva o impedisse.

Ostentando cartazes com reivindicações sindicais, palavras de ordem das várias corporações políticas, “fim à guerra colonial”, a população caminhava unida e freneticamente. Uns diziam: “Spínola, o povo pede justiça”; outros recordavam: “Convergência Monárquica contra o colonialismo”; terceiros reclamavam a integração de Álvaro Cunhal no Governo Provisório; mais à frente, sublinhava-se que em Angola há ainda seis mil patriotas presos.

Escritores e jornalistas empunhavam a tesoura da censura, ela própria cortada. Dizia-se que “as nossas armas são as flores”; exigia-se o direito

à greve, enquanto outros sugeriam: “Demos à P.I.D.E./D.G.S. férias no Vietname”. Por outro lado, em parangonas bem visíveis, socialistas espanhóis apoiavam a manifestação, satisfeitos por terem vindo a Portugal, saídos do país onde ainda existe uma repressão semelhante àquela que entre nós vigorava.





Em contraste com as manifestações que o Governo derrubado organizava, um humilde cartaz resumia: "Ninguém nos pagou. Viemos aqui porque quisemos!"

Logo que a manifestação começou a entrar, o Estádio 1º de Maio ficou quase cheio. Cerca de cento e cinquenta mil pessoas se encontravam dentro do estádio.

Na tribuna, os chefes políticos escutavam o hino nacional cantado em coro por toda a multidão. Depois, os "leaders" Álvaro Cunhal, Mário Soares, Francisco Pereira de Moura e Nuno Teotónio Pereira fizeram discursos, apelos, em suma, regozijaram-se, tal como o povo, com a queda do regime fascista. Finalmente, uma nova luz iluminava todos os rostos. Uma palavra voava de lábios para lábios: VITÓRIA: Uma outra transparência nos olhos de todos os portugueses: ESPERANÇA. ▀

*"1º de Maio: a vitória do povo",
Reportagem para a revista Flama, nº 1366, 10-5-74*

Autoridade: que modelos?

As formas de autoridade evoluíram com a progressão das práticas democráticas. No entanto, parece que estas transformações não foram absorvidas pela instituição escolar – os antigos modelos deixaram de funcionar e os novos estão por descobrir...

“Eu quero aprender a ler, mas não quero que me obriguem”, dizia Matilde, de 6 anos, aos seus pais, depois de a professora lhes ter participado a ocorrência de alguma turbulência no comportamento da filha. Estávamos no início dos anos 80 e as coisas estavam a começar bem! Hoje, porém, após uma escolaridade por vezes caótica, e vivida com algum sofrimento, Matilde é uma enfermeira satisfeita e dedicada.

Será que, através daquela frase espontânea e peremptória, aquela criança resumia o estado de espírito dos alunos daquela época e das gerações seguintes? Há já algum tempo que todas as análises efectuadas têm vindo a demonstrar que uma “crise da autoridade” se abateu sobre a Escola.

Nascidas em sociedades portadoras de um ideal democrático, as jovens gerações suportam cada vez com mais dificuldade os imperativos de uma instituição que, para funcionar, requer autoridade, disciplina, imposição de aprendizagens e de programas por vezes muito distantes dos seus centros de interesse. A democracia instalou-se nas famílias que se encontram, elas próprias, muitas vezes divididas entre desejos contraditórios: preocupação com uma realização pessoal plena e serena, direito à livre expressão e, por outro lado, uma

forte aspiração ao sucesso dos filhos, que pressupõe a sujeição a pressões e uma submissão livremente consentida.

Nos anos 70 deu-se o golpe de misericórdia às figuras autoritárias, encarnadas pelo que, na época, se designava pelos “três P” todo-poderosos – pai, patrão, professor. Todas as análises de filósofos, ensaístas, sociólogos, psicólogos ou educadores relevaram esta mudança de paradigma das nossas sociedades que dobravam os sinos pela autoridade. Como explicou o psicanalista Gérard Mendel – para quem a autoridade constitui uma protecção contra os medos arcaicos de cada um –, “as transformações nos estilos de vida e no relacionamento entre as gerações, as revoluções culturais (...) enfraqueceram os valores tradicionais, entre os quais a autoridade”. Segundo este autor, aliás, querer conciliar autoridade e democracia é o mesmo que pretender realizar a “aliança entre a água e o fogo”...



Autoridade livremente consentida?

Hoje pretende-se que deveres e obrigações sejam livremente escolhidos, consentidos por cada um, adulto ou criança. E é este, precisamente, o problema da instituição escolar e o que confunde e transtorna os professores.

Proliferam as descrições de incivildades e contestações presentes no universo escolar: alunos que tomam a palavra de forma intempestiva, contestam os professores, recusam entregar trabalhos pedidos e revelam-se prodigiosos em imaginação para manifestar a sua oposição a uma instituição que sentem como coerciva... “Já não consigo zangar-me sem pensar que um dos meus alunos poderá estar a filmar-me com o seu telemóvel com vista a uma posterior difusão no seu blog. O que prejudica consideravelmente a autenticidade da minha prestação”, escreve, com algum rasgo de humor, uma jovem professora de um “bairro difícil”. Será que toda a forma de autoridade se tornou impossível na Escola?

Na verdade, as coisas são bem mais complicadas, porque, como salientam todos os psicólogos, os jovens precisam, para crescer, de referências e figuras de autoridade.

Quando interrogados, dizem preferir os professores que encarnam alguma autoridade. À pergunta “na vossa opinião, a existência de autoridade justifica-se?”, colocada a alunos do Ensino Secundário, 93% das raparigas e 75% dos rapazes responderam que sim. As suas declarações referiam, no entanto, que a autoridade se justificava se fosse “necessária, justa, respeitadora e compreensiva, fonte de bons conselhos...”. As críticas avançadas referiam uma autoridade “gratuita, asfixiante, humilhante, abusiva e despótica”. Daniel Fabre, professor de Ciências da Educação e neuropsicólogo, autor deste inquérito, proclama a necessidade de “abandonar as relações de força para descontaminar a autoridade”.

Evidentemente, na ordem do dia já não está o adestramento conseguido à custa de punições corporais ou da humilhação moral. E mesmo que, perante as dificuldades que a Escola hoje conhece, alguns reclamem o retorno de uma autoridade musculada, estas soluções já não são sequer imagináveis no mundo actual. Nem aqueles que louvam estes discursos os põem prática com os seus próprios filhos, afirma o sociólogo François Dubet.

Como afirmava o filósofo Luc Ferry, ministro francês da Educação Nacional em 2003, “não se trata de empreender uma restauração impossível, mas sim de tentar perceber que formas de autoridade podem convir a indivíduos, adultos ou adolescentes, amantes da liberdade e pouco interessados em regressir para formas arcaicas do exercício do poder”. +



Modelos, truques e táticas...

Outrora, como explica Annick Bonnefond, formadora de professores, “os mestres identificavam-se com valores e princípios rígidos e eram investidos de uma elevada e nobre missão, a instituição era um local protegido, um santuário à margem da sociedade. Hoje já não é assim”. Actualmente, consideram-se ingredientes da autoridade a discussão, o respeito mútuo, a abolição das hierarquias, a argumentação, a justificação, o contrato, o consenso...

No entanto, estes elevados princípios que sustentam a autoridade democrática consentida e “destinada a formar sujeitos autónomos” parece não funcionar na maioria dos estabelecimentos escolares. Os meios de comunicação social, obras publicadas e, recentemente, o filme «A Turma», galardoado com a Palma de Ouro do Festival de Cannes, retratam o ambiente, por vezes irrespirável, dos estabelecimentos ditos “difíceis”. E a maioria dos professores considera que embora seja mais confortável ensinar em zonas “tranquilas” ou no meio rural, também aí se sente uma acentuada resistência à autoridade dos professores e da instituição.

Quatro tipos de professores

Como restaurar a autoridade da Escola?

Desde que as Ciências Humanas existem, o tema da autoridade tem sido estudado, dissecado por sociólogos e psicólogos. Max Weber (1864-1920), no seu tempo, definiu três modelos de autoridade – tradicional, carismática e racional-legal. Em meados do século XX, três psico-sociólogos americanos mediram o impacto dos estilos de liderança (autoritária, democrática e permissiva) sobre o comportamento e os resultados académicos dos alunos e sobre a atmosfera do grupo.

Hoje, muitos dos trabalhos realizados debruçam-se sobre os tipos de personalidade dos educadores – autoritários, laxistas, dogmáticos, carismáticos... Numa destas obras, o psicólogo da educação, Benoît Galand, define quatro perfis-tipo de professores. O “gestor” baseia a autoridade na sua competência em termos de saberes e transmissão, na sua personalidade segura, que lhe permite criar um ambiente de sala de aula (mesmo fazendo rir os alunos); o “mestre-de-obras” apoia-se em regras e sanções para favorecer um clima de aprendizagem; o “bom pai” privilegia a capacidade de escuta e a empatia para instaurar um clima de segurança; o “sócio-pedagogo”, portador convicto de um ideal democrático, utiliza a negociação para implementar um modelo de vida e a transmissão de saberes.

Na sequência deste inquérito, os autores constataam a existência de “uma multiplicidade de modelos de autoridade adoptados pelos diferentes actores” e concluem que, na realidade, não há um modelo-tipo que possa servir de “guia eficaz para fazer face à diversidade de situações que envolvem a Escola e a autoridade”. Acrescentam que, indubitavelmente, o desafio consiste em conseguir combinar estas representações.

A prática, uma manta-de-retalhos

Portanto, não há segredos nem receitas! E este é precisamente o problema, a fonte de desespero dos jovens professores – antes de poderem encontrar-se numa profissão hoje unanimemente considerada difícil, têm que tactear estilos diferentes, experimentar diferentes métodos, adaptá-los ao perfil das diferentes turmas, aos diferentes momentos do dia e, até, aos diferentes tipos de exercícios.

Com a ajuda de modelos pedagógicos – como as pedagogias alternativas, hoje reavaliadas, ou os princípios da educação humanista [ver pág.29] –, mas também recorrendo a truques e táticas forjados pela experiência, a maioria dos professores constrói uma manta-de-retalhos feita de práticas profissionais pragmáticas, experimentadas no campo, ao mesmo tempo que tentam desvendar os segredos de uma autoridade que se aceite/aceitável. ▶

Nota: Texto originalmente publicado na revista francesa «Sciences Humaines», de que Martine Fournier é editora-chefe (nº 203, Abril/2009).



Os efeitos positivos da educação humanista

As concepções humanistas de educação têm uma longa história – desde Comenius até aos representantes da Nova Escola e à psicologia de Carl Rogers – e definem-se por uma atitude positiva em relação ao aluno, sublinhando a importância da empatia, da cooperação e da entreajuda.

APRENDIZAGEM COOPERANTE

Consiste em fazer trabalhar os alunos em conjunto, divididos em pequenos grupos, e comporta quatro características essenciais: interdependência positiva; interacção facilitadora; responsabilidade individual; tratamento cognitivo pelo grupo. Os resultados obtidos incidem sobre diferentes aspectos da vida da turma:

- no plano pessoal, o aumento da auto-estima – as interacções levam a que os alunos se considerem competentes;
- nos planos cognitivo e escolar: a melhoria da motivação, da complexidade do raciocínio e dos resultados escolares, o aumento da frequência de ideias novas, da aplicação do conhecimento a novas situações; a percepção dos alunos em relação ao professor também melhora, já que o sentem como mais compreensivo e predisposto a ajudar;
- nos planos inter-relacional e social: o aumento da apreciação recíproca, a diminuição do racismo, do sexismo, da incivilidade, da violência, da delinquência e, por consequência, da toxicodependência; permite uma melhor integração dos alunos com deficiência e aumenta os comportamentos altruístas.

SISTEMA DE TUTORES

Forma de aprendizagem baseada na solidariedade, pode ser definido como ensino entre pares – um aluno ensina o outro. A adesão do professor é essencial para o seu funcionamento e a sua função é fundamental na ajuda que presta ao tutor, para a preparação das sessões e para o enquadramento da sua acção.

Os estudos realizados demonstram que este tipo de ensino tem efeitos positivos, tanto no sucesso escolar como nas atitudes dos tutorados, que obtêm resultados superiores aos dos alunos que não beneficiam deste tipo de ensino. Os tutores são igualmente beneficiados, uma vez que têm que rever a matéria, tentar compreender a lógica da disciplina e organizar o pensamento, para conseguirem explicações mais claras, realizando uma aprendizagem que não realizariam se não tivessem o objectivo de ajudar um outro com dificuldades.

Os efeitos positivos são múltiplos: diminuição do absentismo e aumento da pontualidade; aumento do interesse pelo trabalho escolar; mais respeito pelos professores; melhores resultados escolares.

IMPACTO DO PROFESSOR

Segundo a psicologia humanista, autenticidade, consideração pelo aluno e empatia são as qualidades de um bom professor.

David Aspy e Flora Roebuck quiseram verificar se essas atitudes são, de facto, facilitadoras da aprendizagem e constataram que os professores que manifestam de forma mais acentuada as três qualidades favorecem mais o sucesso dos alunos. Na sequência desta observação, criaram um programa destinado a melhorar o nível dos professores nos três itens.

Aplicado numa escola de meio sócio-económico desfavorecido, o programa permitiu constatar que:

- a escola subiu nove posições na escala de competência de leitura;
- em média, os alunos entre 7 e 10 anos fizeram mais progressos em Matemática do que todos os restantes alunos da mesma zona escolar;
- em 45 anos de existência, a escola teve a taxa de absentismo mais baixa da sua história (8,8%);
- o número de agressões entre alunos baixou significativamente, assim como o vandalismo, que deixou de ser um problema sério;
- a percentagem de demissão dos professores baixou de 80% para 0%;
- os professores de outras escolas começaram a pedir a transferência para aquela. ▶

Jacques Lecomte

(adaptado de “Les résultats de l’éducation humaniste”,
“Sciences Humaines” n°203, Abril/2009)

“Tambores na Noite”

Bertolt Brecht no São João



“Nós, os que trocámos mais vezes de terra do que de sapatos...”. A frase aplica-se tanto ao autor (forçado a vários exílios, da Dinamarca aos Estados Unidos, da Finlândia à Suíça) como ao personagem de «Tambores na Noite» – segunda peça escrita por Bertolt Brecht (primeira a ser representada) e que coloca o dramaturgo alemão na lista de autores produzidos pelo Teatro Nacional São João (encenação de Nuno Carinhas).

Herói falhado, Andreas Kragler é um soldado de regresso a casa, após ter sido mobilizado, aprisionado e enviado para África. Adere à revolução espartaquista, a cujas fileiras e ideais socialistas acabará por virar as costas, seduzido por um bem mais comezinho – a “grande cama, branca e larga”...

“Tambores na Noite”,

Até 26/Abril (de 3ª feira a sábado, às 21h30; domingo, às 16h)

Teatro Nacional São João,

Praça da Batalha, Porto

Informações: 800 108 675

(grátis) | 223 401 910

“De entre as minhas primeiras peças, «Tambores na Noite» é a mais ambígua. Se a intriga se tivesse desenrolado de um modo convencional, o soldado desmobilizado que adere à revolução porque a sua rapariga está noiva de outro tê-la-ia conquistado ou rejeitado definitivamente, mas não teria em qualquer dos casos abandonado a revolução. Aqui, o soldado Kragler recupera a noiva, se bem que desonrada, e volta as costas à revolução” – há aqui uma pessoa que, no auge aparente do sentimento, de repente volta atrás, atira o sentimentalismo patético para o lixo, deixa-se gozar pelos seus admiradores e discípulos e vai para casa com a mulher por quem armou aquela trapalhada toda. A cama como imagem final – qual ideia, qual dever! [Bertolt Brecht]. ▶

Clássicos da literatura europeia

Em colaboração com o Departamento para a Educação, Audiovisual e Cultura, da Comissão da União Europeia, a editora Campo das Letras, do Porto, participa num projecto de tradução literária que tem por objectivo contribuir para o melhor conhecimento de alguns dos mais importantes clássicos da literatura europeia por parte dos leitores portugueses.

Na primeira fase, foram seleccionadas obras de quatro autores:

- «A Língua Posta a Salvo» (tradução de Maria Hermínia Brandão) é a primeira parte de uma trilogia autobiográfica de Elias Cannetti. Publicada entre 1977 e 1985, conta a vida de um jovem, filho mais velho de uma família abastada de judeus sefarditas. Cannetti foi distinguido com o Nobel da Literatura em 1981.

- Levado pela primeira vez à cena em 1798, «Wallenstein» é uma reflexão do historiador e dramaturgo Friedrich von Schiller sobre a vã glória do poder – a ambição, a intriga, a vingança e a queda (tradução de Maria Hermínia Brandão).

- «Guzmán de Alfarache» (tradução de António Pescada) é uma novela picaresca de Mateo Alemán. Publicada entre 1599 e 1604, alcançou rapidamente grande sucesso, com múltiplas edições e traduções para francês, alemão e inglês.

- De Baldesar Castiglione, «O Livro do Cortesão» é uma irresistível comédia de costumes e um magnífico relato dos ideais do Renascimento italiano. Um clássico da literatura universal, traduzido por Carlos Aboim de Brito. ▶

Há dias, este país de Abril e cravos escandalizou-se, ou pelo menos surpreendeu-se, com a situação de uma turma de etnia cigana a funcionar num contentor instalado no logradouro da EB1 de Lagoa Negra, em Barcelos.

Pressurosos, Administração Educativa e “comentadores” vieram explicar que não se tratava de nada de mais, uma vez que aqueles não eram os únicos alunos a ter aulas em “monoblocos” – neoconceito aparentado a contentor, mas com ar condicionado –, a matriarca da comunidade tinha sido auscultada e concordado e, finalmente, a situação era legitimada por um projecto experimental “de integração”.

[Posteriormente, parece que alguma da informação prestada foi desmentida, mas também parece que a coisa morreu por ali.]

Não me interessa, aqui, discutir se se trata de “integração” ou discriminação (para mim, é o que é). Apenas notar que acontece numa escola de 1º Ciclo e não é novidade – bem próximo de onde escrevo, acontece algo semelhante, mas não sei se a Comunicação Social noticiou, nem por que razões não o terá feito.

Na EB1 de Cabo-Mor, em V. N. de Gaia, um grupo de 10 cidadãos ciganos – por acaso, com idade de 2º Ciclo – frequenta uma espécie de salão onde anteriormente decorriam as AEC para os restantes alunos.

A solução, que não terá respeitado a tramitação legal, foi aceite pela comunidade escolar na condição de, em nenhum momento, os ciganos se encontrarem ou cruzarem com os outros. Por isso, não há horários coincidentes, não há recreio nem actividades comuns. E mesmo para irem ao WC, essas 10 pessoas são “escortadas” por uma auxiliar de acção educativa especialmente destacada para a sua guarda...

Este *gulag* foi criado, alegadamente, para adequar o horário escolar ao “ritmo biológico” dos alunos ciganos (parece que só “funcionam” a partir das 10 horas), porque fica próximo das suas residências, o que dificulta o absentismo, e porque...

[Haverá mais razões, e superiores, mas estas bastam-me. Eu também tenho direito a uma escola adequada ao meu ritmo biológico! Pode começar por volta das 18 horas, e nem me importo que instalem um monobloco com ar condicionado no jardim aqui em frente. Prometo que só falto por motivo de força maior.]

Comunicação aos professores do 1º Ciclo de um agrupamento: “Informa-se que está disponível no Conselho Executivo PEN para reposição dos programas no computador Magalhães, bem como manual de instruções para o efeito. Assim, sempre que um Professor tenha conhecimento ou seja interpelado no sentido de que os programas do computador Magalhães dos seus alunos desapareceram, deve requisitar a referida PEN, a fim de repor os programas nos computadores”.

Primeiro promovemos a “lancheira milagrosa”, depois comercializámo-la, agora devemos assegurar a sua manutenção...

E eu espanto-me. Ninguém se indigna?! Ninguém faz nada?! E que tal destacarem os professores para o economato da Educação e integrarem a Língua, a Matemática e o Físico-Social nas AEC? Ou nos ATL privados?

[Parece que o Governo se prepara para oferecer gratuitamente – ou será impor? – o Magalhães a todas as crianças que não aderiram voluntariamente ao negócio. Quando esta edição está a ser fechada, a informação ainda é restrita a alguns coordenadores de estabelecimento. A confirmar-se, será de bom tom informar os que já contribuíram, ainda que com escasso investimento, de que foram ludibriados.]

António Baldaia

Com frequência, os professores do 1º Ciclo sentem-se “parentes pobres” do sistema. Acusam isolamento face ao mundo exterior, assumem impotência face às autarquias e lastimam a pouca consideração (quando não alguma desconsideração) dos seus pares: dos outros sectores e até dos sindicatos.

É provável que tenham alguma razão, mas não deixa de ser estranho que – ainda por cima sendo em grande número – pareçam algo conformados aos ditames do sistema. Como se alheados de uma imperceptível realidade que continua a fustigá-los, sem que dela se dêem conta.

Por isso, nesta Primavera que celebra 35 anos de Abril-Maio em democracia, faz sentido recuperar conceitos como “fraternidade” e “solidariedade”, mas também de “indignação” e “protesto”, “acção” e “luta”.

E, pra não dizer que não falei das flores, erguer um cravo de esperança num amanhã melhor. ▶



nesta edição

a abrir

02. O estranho caso do Espanhol

editorial

03. Os caminhos do futuro

acção sindical

Apesar da intensidade da luta dos educadores e professores, nas escolas e nas ruas, o ME não cedeu. Mas a luta não terminou (vem aí uma Consulta Geral aos Educadores e Professores) nem vai parar. Para além dos cerca de 50 mil docentes que continuam a resistir nas escolas, não entregando os objectivos individuais, o SPN e a Fenprof têm desenvolvido intensa actividade no plano jurídico-institucional.

04. A luta dos docentes também é jurídica e institucional
06. O elefante continua a partir loiça
07. Aspectos mais negativos do DL 51/2009
08. Educação Especial, um caso especial...

notícias spn

Desde Janeiro, sucessivas assembleias-gerais de sócios (órgão máximo de deliberação entre congressos) aprovaram importantes documentos para a vida interna do segundo maior sindicato português de professores

09. Aprovada metodologia para alteração dos Estatutos do SPN
10. Plano de actividades SPN/2009
14. Relatório e Contas de 2008 aprovados

destaque

35 anos depois da Revolução dos Cravos e do primeiro Dia do Trabalhador assinalado em liberdade, a memória das imagens e alguns balanços pessoais.

18. Do espírito de Abril às novas “vozes do dono”
19. 35 anos depois, que Escola?
22. “Ide trabalhar!”
23. 25.04, um contrato de cidadania do nosso tempo
24. O primeiro 1º de Maio em liberdade

vemos, ouvimos e lemos

As formas de autoridade evoluíram com a progressão das práticas democráticas. No entanto, parece que estas transformações não foram absorvidas pela instituição escola. Os antigos modelos deixaram de funcionar e os novos estão por descobrir.

26. Autoridade: que modelos?
29. Os efeitos positivos da educação humanista

spni
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABELMACEDO

Ano XXIV · II Série · N.º 29

Março 2009 · 2 euros

spninfo@spn.pt